

O FUNCIONALISMO E A GUERRA

CELSO DE MAGALHÃES

Técnico de Administração do D. A. S. P.

A guerra principiou para nós. Não é uma guerra procurada, mas é uma guerra necessária. Um povo não luta apenas para viver; também lhe é essencial a afirmação de sua soberania no concerto internacional.

Viver sem honra, só para os covardes, e os brasileiros nunca o foram no decurso de sua história.

Os povos são como os indivíduos: se pensarem exclusivamente no estômago, acabam perdendo o respeito de si mesmos.

O Brasil deve e pode vencer esta guerra; assim o queiram seus filhos. Cumpre lembrar, porém, que uma Nação em luta é um exército que combate e uma administração civil que o alimenta. Se o exército é aguerrido e a administração falha, perde-se a guerra. O general vitorioso também é produto de uma boa administração civil: foi a administração que o escolheu, que lhe preparou a tropa, que lhe deu os meios de ataque e defesa, que lhe criou as oportunidades...

Em cada vitória conquistada pelas armas, e vitoriosa também a administração civil do País; apenas estas suas conquistas são menos espetaculares e mais despercebidas.

Um exército que vence é produto de longas labutas e canseiras, de tenacidade e esforço, de dedicação e civismo... A vitória de um dia foi forjada no dia anterior, num passado próximo ou remoto. A concepção de um dia e a realização do dia anterior provêm da cooperação entre as forças armadas e a administração civil.

Mas não há administração civil sem funcionalismo; logo, sem funcionários públicos não se ganhariam guerras. O trabalho silencioso da burocracia organizada é tão necessário para a derrota do inimigo como o impacto dos projeteis na couraça dos navios...

Todavia, cumpre não confundir administração do tempo de paz, com a que deve existir em tempo de guerra. Certos erros e defeitos da pri-

meira são tolerados; os mesmos erros e defeitos na segunda são crimes de lesa pátria.

Quanto a Nação se levanta em armas, desaparecem os indivíduos; só o grupo social, só o Povo subsiste. Todas as personalidades se apagam e se diluem na grande sombra projetada pelos interesses coletivos.

Desta forma, nenhum dos princípios anteriores relativos a direitos e garantias, a fadigas e descansos, a honras e vantagens, podem substituir — quando a isso se opuserem os interesses nacionais.

A guerra é a luta organizada, e a luta de hoje se faz pelas regras do *catch*, isto é, sem regra alguma que enfraqueça o ânimo, ou retarde a vitória.

A vitória é a supremacia do grupo e, diante do grupo, o indivíduo perde suas prerrogativas. Se o sacrifício de um for necessário à conservação e sobrevivência do todo, certo é que o civismo obrigará a esse sacrifício, forçando a extinção da causa nociva.

A administração civil, durante a guerra, tem de ser tão eficiente como eficiente deve ser o exército no campo da luta. Dentro das forças armadas, são afastados, invariavelmente, os incapazes, os traidores, os sinecuristas: a garantia da vida dos combatentes assim o exige.

A obrigação do funcionário, na guerra de hoje, não é apenas trabalhar, dar o máximo de esforço e dedicação, produzir o melhor que lhe permitirem sua inteligência e preparo: é, mais que isso, exercer uma vigilância constante, interrupta, sobre colegas e chefes, para forçá-los a compreender que a vitória de amanhã, nos campos de combate, também dependerá deles, no silêncio das repartições.

Nada de sentimentalismo, nada de pieguices ou de atenção a situações pessoais, a interesses de família: a Pátria é que é a família de todos nós e, diante dela, todas as demais desaparecem.

Nosso objetivo é constituir uma Pátria forte, poderosa, digna; por isto lutamos quando nos des-

respeitam, sem atender à potencialidade do inimigo. Ora, uma Pátria forte e poderosa só se poderá criar à custa de cidadãos honrados, dignos, capazes e de elevada cultura cívica. O chefe ou o funcionário que, na hora presente, esquece o panorama do país, para cuidar apenas de seus interesses pessoais, do que lhe é agradável, do que lhe grangeará prestígio; o chefe ou o funcionário que se deixa levar por sentimentalismos doentios, perseguindo a este ou protegendo àquele, sem atender os interesses gerais da coletividade — esse constitui um mau elemento que dificulta a vitória, que concorre para a derrota da Pátria, que beneficia o inimigo e, pois, deve ser aliado das funções, para garantia da vida e da honra de todos os outros, para salvaguarda do brio e da soberania nacionais.

Que ninguém, todavia, faça críticas apressadas: antes de jogar a primeira pedra, consulte sua consciência e verifique se está de fato procedendo integralmente como lhe ditariam as necessidades do Brasil, ou se, pelo contrário, ainda nesta hora amarga, não é a sua própria situação pessoal que defende e disputa.

Não são os povos inteligentes que ganham as guerras; as guerras são ganhas pelo caráter dos povos. E o caráter não se forja sem civismo, sem a convicção de que, de fato, a Pátria é uma coisa a que devemos estremecer como à própria mãe que nos gerou.

Mas o civismo que conquista a vitória nos combates, dentro dos exércitos ou dentro das repartições civis, não é aquele que só se manifesta em canções patrióticas, cantadas mecanicamente, sem vibrações internas que os impulsionem e alevantem.

Este é o civismo dos povos fracos, que sucumbem às dores do sofrimento. O civismo construtivo, pragmático, o que se revela nas atividades do trabalho, no acréscimo de energias, na vontade firme de vencer, na convicção inabalável de que é impossível a própria derrota esse sim, é o civismo que engrandece a Pátria, conduzindo-a à vitória final na luta que sustenta.

x x x

Portanto, que, dentro do funcionalismo público, todas as ações sejam agora orientadas exclusivamente pela vontade de vencer, e que por ele sejam esmagados todos os obstáculos — de ordem pessoal ou material — que a isso se opuserem; e que essa atitude se manifeste em atos de ampla repercussão, para dar aos que empunharem armas nos campos de luta, a convicção perfeita da vitória final na guerra que se iniciou.

...tudo o mais desapareceu.